

## OS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO POPULAR E A EVANGELIZAÇÃO NA AÇÃO CATÓLICA RURAL

Maria Gabriela Vieira de Souza<sup>1</sup>  
Maria do Socorro Abreu e Lima (orientador)<sup>2</sup>

### RESUMO

O envolvimento político da Igreja a partir de 1964 pode ser considerado um marco para a História desta instituição no Brasil, logo, torna-se relevante justificar estes envolvimento, assim como a metodologia engajada na base das organizações menos conhecidas para entender como elas se comportaram e interagiram na dinâmica que, neste caso, a Ação Católica Rural proporcionava aos trabalhadores presentes nas reuniões, assembleias e conselhos. A forma como as práticas e o discurso religioso encontra-se no cotidiano do trabalhador devem ser elucidadas com o objetivo de transparecer o que muitas vezes observamos apenas na teoria sobre este recorte temporal, em textos oficiais do Vaticano ou em organizações religiosas mais bem estruturadas no contexto da época.

**Palavras-chave:** Ação Católica Rural, Trabalhadores do campo, Comunidades Eclesiais de Base, Educação popular.

### INTRODUÇÃO

No início dos anos 60 do século passado estava se formando, no campo, diversos movimentos que defendiam melhores condições de vida e trabalho para os camponeses. As reivindicações abrangiam desde a luta pela reforma agrária, através das Ligas Camponesas, até, no caso dos assalariados sob a direção de sindicatos rurais, o direito de serem beneficiados pelas leis trabalhistas consolidadas já em 1943. Porém, apenas alguns poucos desses direitos eram, em tese, aplicáveis à classe trabalhadora no campo.

Apesar de muito questionadas e combatidas pelos proprietários rurais e pelos políticos conservadores, as reivindicações e lutas dos trabalhadores rurais cresceram, com o apoio de líderes políticos mais progressistas. Quando Miguel Arraes foi governador de Pernambuco<sup>3</sup>, o que durou pouco tempo, impediu que a repressão contra o movimento camponês continuasse

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mariagabrielasouza96@gmail.com;

<sup>2</sup> Prof. Dr. de História do Brasil na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); socorroabreuelima@gmail.com

<sup>3</sup> Miguel Arraes foi governador de 31 de Janeiro de 1963 a 01 de Abril de 1964.

como antes. E os movimentos, através das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, ligados principalmente à Igreja ou aos comunistas, tiveram avanços consideráveis: levar o crédito agrícola e garantir liberdade sindical, aplicando o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963. Era de se esperar que a diminuição de privilégios dos grandes proprietários ampliasse a oposição ao Governo do Estado, evocando a temida “Ameaça Comunista”.

Apesar da intensa repressão após o golpe de 64, houve, mesmo que timidamente, certa continuidade destas lutas ao longo do período ditatorial, o que foi apresentado por Maria do Socorro Abreu e Lima no livro *Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos*.<sup>4</sup> Este estudo tem a preocupação de destacar, nesta conjuntura adversa, algumas lutas e o papel de organizações independentes com forte característica oposicionista que atuaram no movimento rural, especificamente.

## METODOLOGIA

Paralelamente, em escala mundial, desenvolve-se um quadro de movimentações não mais silenciosas na Igreja Católica. As orientações desde o concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII entre os anos de 1962 e 1965, exibem novas possibilidades e transformação de valores, incentivadas pela sequência de reuniões que propuseram um novo estilo de trabalho em pilares de evangelização, educação e direitos humanos<sup>5</sup>.

O ponto de vista aqui desenvolvido tem como base estas práticas voltadas para o ambiente rural no nordeste brasileiro. As mudanças que tomam esta nova forma de ação já partiam de certa experiência de organizações que atuaram neste estilo pastoral mais distante das linhas tradicionais quando em 1968, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, desenvolve novas recomendações pastorais de compromisso com o enfrentamento dos problemas sociais.

A problemática envolvida é simbólica e concreta, trazendo à tona uma nova concepção de atividades eclesiais em uma clara reflexão de deveres do clero. E o que sustenta a

---

<sup>4</sup> ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Lutas, Partidos, Projetos. Recife: EDUFPE- Editora Oito de Março, 2005.

<sup>5</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 4.

Igreja, a partir do que considera esta nova reflexão, é a figura do Leigo. As novas diretrizes flertam com uma adaptação quase que revolucionária, mesmo guardando as limitações conservadoras de cada instituição. Tratava-se de uma opção deliberada a favor do povo em virtude das injustiças sociais, trazendo praticamente uma condenação profética ao Capitalismo e suas consequências econômicas e políticas, sentidas diretamente por se tratar da América Latina. Para Severino Vicente, autor de estudos sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife no século passado, fica latente a situação política no país no que diz respeito à guinada progressista da Igreja que passa a assumir um posicionamento distante do conservadorismo conhecido: “Certos comportamentos de militares foram como que empurrões à Igreja em direção à oposição, assumindo as responsabilidades que, em uma situação de normalidade democrática, seriam do Parlamento, dos partidos políticos e dos sindicatos” (SILVA, 2014, p. 187)<sup>6</sup>

A prática alienante de confirmar uma visão conformista da fé não cabe no sentido teológico da libertação, assim como já não cabe na nova metodologia de engajamento com os pobres e apoio às novas Comunidades Eclesiais de Base. O estímulo destas tem funções de evangelização levadas às consequências éticas combinando fé e revelação em busca da salvação universal. As mudanças propostas que muitas vezes floresceram significaram uma transformação institucional e também pioneira neste tipo de reflexão, como afirma Mainwaring:

“[...] Ela (a esquerda católica) aplicou ideias europeias a condições brasileiras e desenvolveu uma nova concepção da missão da Igreja. A esquerda católica iniciou o desenvolvimento de uma das principais teologias latino-americanas. Foi uma das reflexões de vanguarda sobre a especificidade da fé católica no Terceiro Mundo. ” (MAINWARING, 2004, p. 94)<sup>7</sup>

A base do movimento a que me refiro se caracteriza por instituições independentes que, com o propósito de educar e atingir as novas diretrizes da chamada Igreja progressista concentram-se em áreas mais pobres e carentes. Nestas zonas, cuja manipulação é oriunda das próprias significações da religião para cada pessoa e pelo ser em comunidade que o homem representa, a Religiosidade Popular compõe um ponto de vista que tenta transformar

---

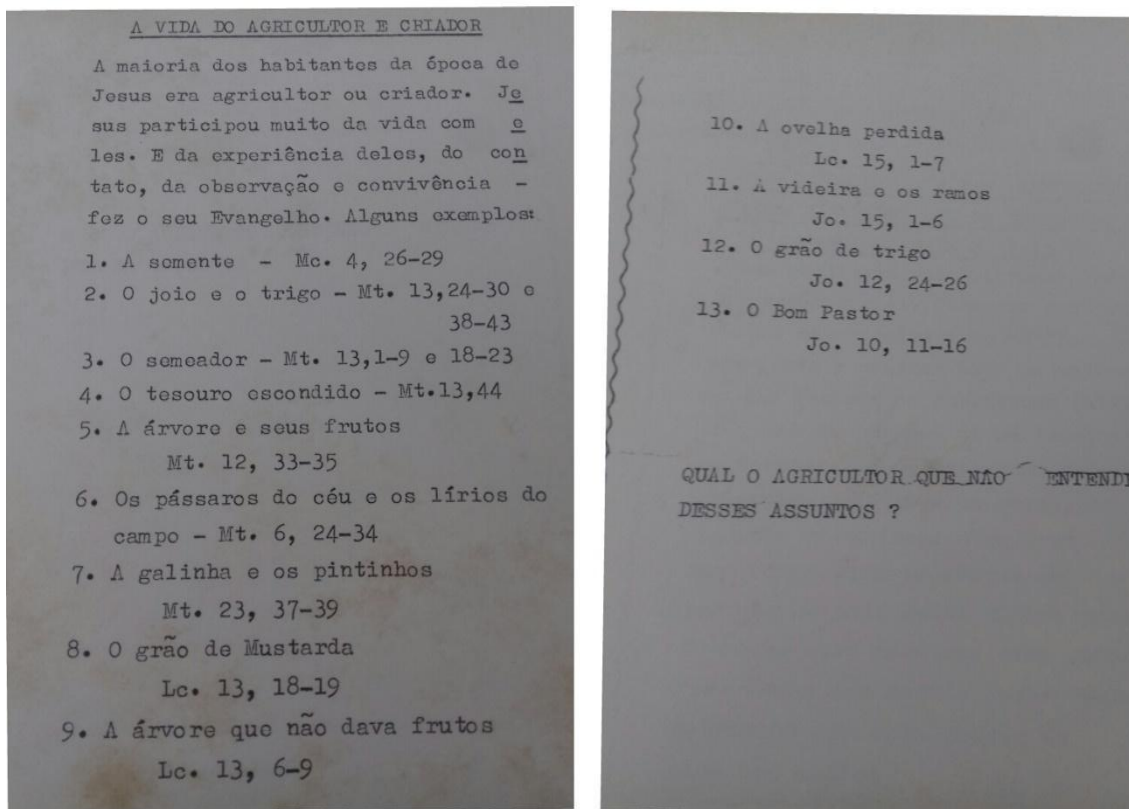
<sup>6</sup> SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014

<sup>7</sup> MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil** (1916-1985) tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.94.

mentalidades engessadas por sentidos de ordem social com o apoio da fé revelada e da tomada de consciência.

A crítica em nome da Religião Popular é que não se trata de defendê-la pelos motivos que invocam os conservadores. Estes se baseiam na incapacidade das massas de alcançar uma religião superior, apreciando a tranquilidade social e a permanência de uma moralidade tradicional, resultado da estabilidade religiosa. Obviamente, para alguns setores da Igreja Católica, a religião que conserva os costumes necessita da intervenção do clero em muitas circunstâncias e, por isso, a fidelidade das massas está garantida.

Numa época em que a nova igreja exige respeito e dignidade à liberdade do homem para que sua palavra seja eficaz, a primeira coisa que se impõe é um exame de consciência: as estruturas internas da igreja sofrem mudanças drásticas. O novo padre emerge e demanda da sociedade expectativas muito além do pregar. O padre destes novos tempos não se sustenta apenas nos seus atos religiosos, mas com seu trabalho que o coloca quase que em pé de igualdade à sua comunidade. Emerge da Igreja do Vaticano II um questionamento quanto à hierarquia da instituição. Ideologicamente, o ponto de vista hierarquizado representa a manutenção de privilégios na igreja, o que a partir de 1962 passa a ser contestado. O padre após o concílio, para mover prontamente as mentes dos ouvintes, não há de expor apenas, de modo geral e abstrato a “palavra de Deus”, mas deverá aplicar a variedade do Evangelho perenemente associado às circunstâncias da vida em seus elementos cotidianos, o que pode ser verificado neste panfleto abaixo, elaborado pela ACR, para ser utilizado como proposta de reflexão numa palestra feita pelo padre Servat em 1969.



**Figura 01 e 02 - Evangelização em Versículos<sup>8</sup>**

Uma característica essencial levada pelo trabalho de base remodela o que se entende por evangelização. Os agentes estavam presentes continuamente na comunidade, o que era relevante pela facilidade de militância, ao invés da barreira social da batina. Os Leigos obviamente exercem funções básicas no campo da filosofia religiosa desenvolvida pelo Vaticano II, o que também se manifesta, na prática, numa dinâmica de conversão e na vivência como militante que desenvolve uma ação no meio. Existe claramente a preocupação da vida adulta com sua influência no meio profissional e com sua filiação ao trabalho sindical, além da questão vocacional.

O engajamento em diferentes meios, nas suas organizações e entidades, associações, sindicatos, frentes, culturais ou estudantis e de todas estas manifestações populares que

<sup>8</sup> Panfleto para reflexão, 1969. Arquivo ACR. Documento acondicionado no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais / UFPE. Estante 10, caixa 5.

definem os objetivos certos a se alcançar exigem, em suma, uma visão do homem e do mundo que, através das exigências de determinado tempo e lugar, levem a uma opção ideológica. Os militantes cristãos neste contexto assumem qualquer uma destas ideologias congruentes com a situação daqueles que, num país subdesenvolvido, são os oprimidos. A pedagogia do movimento permite esta característica pessoal da ação apostólica dos militantes em sintonia com elementos de ordem espiritual da própria Igreja.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE**

A dinâmica de ajuntamento de pessoas dispostas a difundir este pensamento primeiramente ocorre por mãos de clérigos no Nordeste brasileiro. As reuniões tinham propostas simples, contando sempre com a presença de agentes da pastoral e um dos objetivos traçados era estimular a visão e a reflexão sobre a realidade. Isso permitia o conhecimento e aprofundamento das causas que impedem o desenvolvimento das pessoas, levando a uma avaliação do que seria uma vida humanizada e comparando-a com a situação de seus companheiros de luta.

A socialização dos problemas comuns da vida era cada vez mais recorrente, particularmente neste caso específico quando falamos de Trabalhadores Rurais. Algumas dessas instituições da Ação Católica já eram mais antigas. Nos anos 50 já estavam presentes, com diferentes nomes e siglas, em especial no meio da Juventude: é muito conhecida a Juventude Universitária Católica (JUC), mas também existia a Juventude Estudantil Católica, para os secundaristas, a Juventude Operária Católica e, no meio rural, a Juventude Agrária Católica.

No início dos anos 60 a JUC passa a desenvolver uma ação mais contestadora. Por se ligar a setores de esquerda a partir de sua atuação no movimento estudantil, vai ser muito questionada pela camada mais conservadora da Igreja, o que vai resultar na saída de expressivo grupo de jucistas da estrutura da Igreja, vindo a formar uma organização política denominada de Ação Popular.

De acordo com Abreu e Lima,

A Ação Popular, organização fundada em junho de 1962, congregando principalmente jovens da JUC, buscava uma atuação mais livre de vinculações com a Igreja e mais comprometida com a

transformação da sociedade brasileira [...] baseando-se na visão Humanista de pensadores católicos como Mounier. [...] Apesar de sua base ser maior no meio universitário e intelectual procurou também ligar-se aos operários e camponeses.<sup>9</sup> (ABREU E LIMA, 2005, p. 47)

Após o golpe de 1964 as tensões entre o Estado ditatorial e qualquer movimento de esquerda aumentam consideravelmente. No entanto, apesar de se esperar uma contração das CEBs, as mesmas ganham uma capacidade maior de resistência tanto em número de membros quanto na propagação de suas ideias. Enquanto Mainwaring afirma que inicialmente a composição de uma reunião se caracterizava com a presença de 15 a 25 participantes<sup>10</sup>, mais tarde elas comportavam assembleias com a presença de mais de 100 pessoas, sinalizando que, apesar das limitações e da violência, estas comunidades tomavam a frente e continuavam com sua metodologia de analisar a realidade e, a partir de uma reflexão coletiva, procurar de alguma forma atuar em seu meio. Este era um claro aviso que estas instituições mostravam-se preocupadas em desenvolver uma ação nas entidades populares e mesmo, se possível, sindicais e que, apesar da repressão às rádios e da pressão dos setores conservadores da Igreja, o movimento não parava. Em contrapartida, isso não significava uma penetração fácil nas comunidades, o que pode ser verificado quando observamos o relatório da SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA ATUAL DA AÇÃO, de 1968, feita pela Equipe Executiva da ACR do Nordeste:

“Apresentação das reflexões do grupo que estudou as comunidades no meio rural:

Neste grupo, começamos vendo o relatório da comunidade de Santana e Santa Cruz na Paraíba, depois foram apresentados outros trabalhos. Todo o trabalho na paróquia de Santa Cruz iniciou-se com leituras da Bíblia e da Carta do Papa, por dois motivos: não se sabia como começar, nos primeiros contatos e a ideia lançada foi esta; e por questão de segurança, algumas planejadas semanas de estudo; e por questão de segurança, algumas pessoas temiam que houvesse repressão contra estas reuniões. Com o tempo, foram sendo planejadas semanas de estudo, e se partiu para os problemas do povo. [...]. Reuniam-se em diversos lugares, mesmo em sítios, inclusive as reuniões litúrgicas sempre iniciando com problemas e fatos da vida do povo. Com relação a parte do Trabalho, esta equipe descobriu certos

---

<sup>9</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**, p. 47-48.

<sup>10</sup> MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**, p. 128.

empecilhos através da apreciação do povo: que padre trabalhe em roça... padre não precisa disso...”<sup>11</sup>

Claro que a partir de um relato isolado não se poderia tirar conclusões além da superficialidade, especialmente tratando-se de um movimento como a ACR. A instituição referida espalhava-se por todo o Nordeste brasileiro reportando diferentes problemas e perspectivas dos habitantes de diferentes áreas. No entanto, não existia uma uniformidade completa também porque abordamos os relatos que dizem respeito a questões às vezes muito particulares e, dessa forma, seria inadequado para esta análise conceber desta situação todos os problemas que envolviam a exploração do trabalhador e de sua família. Ou que todas as comunidades questionassem o fato de os padres trabalharem na produção.

O roteiro de aproximação para as camadas periféricas e do campo colocam como prioridade um laço de confiança estabelecido primeiramente pelas semelhanças entre as partes Evangelizadoras e Evangelizada. A primeira delas diz respeito à associação típica dos companheiros de fé, algo suficiente para propiciar uma simpatia e, a partir de então, lidar com o que chamamos da metodologia típica de CEBs. As verdadeiras jornadas especificam o poder de uma convicção de fé e classe, como afirmava o Padre Arnaldo Liberato da Silva: “O trabalhador não consegue elaborar e sistematizar sua dimensão de fé, mas a demonstra nas ações do dia-a-dia”<sup>12</sup>. A articulação cresce e demonstra uma base de aplicação sofisticada de seu método e ainda mais diversificada, particularmente tratando-se da Ação Católica Rural, instituição que sobrevivia da atenção destas comunidades cujo interesse pelo conteúdo e ideal atingia proporção de influência considerável nos espaços em que atuava.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### AÇÃO CATÓLICA RURAL

O surgimento de um movimento como a Ação Católica Rural, composto por tantos trabalhadores do campo lida com um processo de consciência e discernimento de valores do trabalhador com relação à sociedade, na busca de que sua função como trabalhador seja

---

<sup>11</sup> *Síntese da experiência atual da ação*. Documento acondicionado no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais / UFPE. Estante 10, caixa 5.

<sup>12</sup> *Ministérios na ACR*, 1968. Documento acondicionado no Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais / UFPE. Estante 10, caixa 5.



reconhecida e não menosprezada por aqueles que os querem explorar. A busca pela justiça social, algo comum visto em outros movimentos de caráter religioso neste contexto, é uma exigência da própria fé, que espera um engajamento concreto decorrente do próprio entendimento do evangelho como algo vivo e presente no dia a dia das pessoas.

A construção da ACR pode ser quase que dissecada a partir de sua organização, seus fundadores e militantes. A organização vista assim, tão de perto, se torna termômetro da conjuntura política da época. Nascida de uma tormenta repressiva em meados de 1965, a ACR constitui uma experiência específica de evangelização e engajamento voltado para a questão agrária, em comunhão com a dedicação de seus militantes calcados na renovação católica.

A tal busca salvadora ou evangelizadora que pressupõe a ideia de salvação universal esteve presente na iniciativa de trazer os padres para mais perto da população carente. O padre Joseph Servat<sup>13</sup> pode ser um dos principais nomes nesse contexto. Pedro Pacheco, em sua dissertação<sup>14</sup>, constrói esse pensamento ainda com prudência ao tratar Servat como guia ou expoente da ACR preocupado em não negligenciar outros agentes propulsores do movimento, tal qual a imensa massa de leigos.

A metodologia da ACR propunha uma expansão do movimento a partir de encontros em progressão a um trabalho iniciado primeiramente em Pernambuco, para depois ser expandido a outros estados. No final da década de 1970, a instituição estava com atividades de Minas Gerais ao Pará. O trabalho prático da ACR contou com a participação de leigos que abarcavam novos líderes locais assim como alguns que militaram no movimento de trabalhadores ainda antes do Golpe de 1964.

Para o desenvolvimento e expansão da ACR havia a necessidade de se traçar estratégias com vistas a atingir objetivos tão ambiciosos. Daí a elaboração de um planejamento em função da difusão destas ideias. Conscientizar e, por vezes, mudar mentalidades fazia parte de um trabalho minucioso, de um discurso religioso renovado e voltado para aquela sociedade: envolver-se em lutas sociais naquele período seria estar na mira da repressão e da violência

---

<sup>13</sup> Pe. Servat nasceu em Pamiers (França), perto da grande cidade de Toulouse. Especializou-se em educação cristã dentro da Ação Católica e chegou ao Brasil após solicitação de Dom Helder Câmara em seus primeiros contatos com o Arcebispo de Olinda e Recife, trabalhando como co-fundador da ACR.

<sup>14</sup> SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1975)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

institucionalizada. Entretanto, quando tais demandas da comunidade eram reivindicadas pela própria Igreja, através de seus missionários ou pelo jornal oficial *Grito do Nordeste*, havia a expectativa de que eles poderiam contar com certo apoio da própria instituição.

A característica mais marcante para a libertação integral de homens e mulheres do campo era o chamado, para seu espaço de trabalho de base, utilizando-se do Evangelho. As mensagens difundidas compõem uma ressignificação da realidade rural identificada também pela empatia para com seus simpatizantes e seguidores. Os recursos podem ser constatados na 21ª edição do *Grito no Nordeste* na edição especial da Páscoa do ano de 1972, ainda na apresentação do boletim:

“Eis aqui alguns fatos que nos mostram a Ressurreição como também a Paixão de Cristo, estão continuando hoje no campo:

1. Num engenho, camponeses que tomando consciência de seus valores juntos aos outros começaram a ser cada vez mais amedrontados pelo patrão e jogados da terra para fora recebendo ninharias pelos seus direitos, mas, um deles tendo consciência de seu valor, não aceitou sair sem receber tudo que lhe era permitido por lei. Então, foi cada vez mais perseguido e até balearam sua residência [...]. Toda pessoa tem direitos iguais, qualquer que seja sua cor e sua condição. O companheiro lutou para conseguir esses direitos, sofreu, é certo, até sacrificou sua própria vida, mas “Ressuscitou”, passando duma vida menos humana a uma vida mais humana. Os outros sofreram ainda mais e o medo os paralisou.”<sup>15</sup>

A política de reuniões era com a intenção de manter o vínculo com a população sempre ativo. Em toda a história da ACR, este princípio nunca foi afastado de sua metodologia. Todos os anos eram propostas assembleias que já entravam na agenda da instituição, seus temas estavam em congruência com o cenário político e econômico relacionado com a situação de trabalhador rural. Outra forma de veicular ideias era o boletim trimestral da ACR, o *Grito no Nordeste*, jornal que foi uma revolução na propagação dessas reflexões e que não isolava as comunidades umas das outras, em cada edição cabia uma seção para a comunicação de cada núcleo estadual ou de problemas particulares de cidades envolvidas.

Em suma, pode-se constatar que um movimento desta amplitude atinge seu objetivo na construção de responsabilidade local, especialmente na sua CEB. O trabalho de base transforma a concepção de existência de toda uma população considerando que a ACR confirma este estado constante educativo e reflexivo.

---

<sup>15</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano VI, nº XXI: Janeiro—Março. 1972, p. 2-5.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisar as nuances da Igreja Progressista e seus pilares é um nicho historiográfico amplamente difundido e respeitado, sendo parte de um dos períodos mais tenebrosos da História do país. As lutas de resistência devem ser consideradas positivamente, pois somos devedores aos que lutaram por melhores condições para todos. Ainda assim, muitas dessas lutas são desconhecidas ou negligenciadas na atualidade.

Tratar de política global ou mesmo da História e Educação que tende a tirar o indivíduo do enredo principal leva a uma descaracterização do processo. Lembrar que os Movimentos de Base foram fundamentais como espaços de elaboração de reivindicações e lutas por melhoria nas condições de vida da população é humanizar e levar a sério muitas das experiências que levaram ao amadurecimento de lutas e pessoas e que fazem parte da memória desta Região. Tudo isso deixa marcas. Ainda que as circunstâncias continuem das mais difíceis, todo o esforço e força de vontade depositada renderam posições políticas de coragem e perseverança.

Trazer um pouco desta história construída por parte de um setor organizado da Igreja nos anos de chumbo, no caso a ACR, é contribuir para ampliar o conhecimento sobre as lutas e resistência dos trabalhadores rurais num período tão adverso vivido em anos recentes perante seus processos educativos consistentes, apesar de não tão perceptíveis no que conhecemos como uma prerrogativa tradicional.

## REFERÊNCIAS

ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural. Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: EDUFPE- Editora Oito de Março, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v. 4.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1963-1978: Paulo VI). *Carta Apostólica Octogesima Adveniens* de sua Santidade o Papa Paulo VI ao senhor Cardeal Mauricio Roy. Presidente do Conselho de Leigos e da Pontifícia comissão “Justiça e Paz” por ocasião da encíclica *Rerum Novarum*. Roma, 1971. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/paul->

[vi/pt/apost\\_letters/documents/hf\\_p-vi\\_apl\\_19710514\\_octogesima-adveniensi.html](http://vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniensi.html)> Acesso em: 18 Jun. 2018

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)* tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, Pedro Henrique Pachêco da. *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SIGAUD, L. M.. Luta Política e Luta Pela Terra No Nordeste. DADOS, Revista de Ciências Sociais, v. 26, n.1, p. 77-95, 1983.

SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. *Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Camara: Apontamentos sobre Eclesialidade e política no discurso e prática das CEBs em Salvador e Recife (1964 a 1985)*.